



**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA: AÇÕES AFIRMATIVAS NO COLÉGIO ESTADUAL RODOLFO DE OLIVEIRA**

**THE PROCESS OF BUILDING ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND THE TEACHING OF HISTORY: AFFIRMATIVE ACTIONS AT COLÉGIO ESTADUAL RODOLFO DE OLIVEIRA**

**EL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE RELACIONES ÉTNICO-RACIALES Y LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA: ACCIONES AFIRMATIVAS EN LA ESCUELA ESTADUAL RODOLFO DE OLIVEIRA**



10.56238/edimpacto2025.092-034

**Renart Nelmo Andrade**

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

Endereço: Flórida, Estados Unidos

E-mail: renart.andrade@seduc.go.gov.br

**Jean Isídio dos Santos**

Mestre

Instituição: Instituto Consciência

Endereço: Goiás, Brasil

---

**RESUMO**

O artigo apresenta as ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Colégio Estadual Rodolfo de Oliveira no ano de 2013. Entender o racismo e suas formas no espaço da sala de aula e por conseguinte sua superação por meio de ações afirmativas apresenta-se como um desafio urgente a escola e aos docentes e para este texto utilizou-se de pesquisa bibliográfica e estudo de caso demonstrando as possibilidades de implementação da Lei nº 10.639, de 2003.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais. Lei nº 10.639. Ensino de História. Racismo. Ações Afirmativas.

**ABSTRACT**

The article presents the actions for implementing the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture at Rodolfo de Oliveira State School in the year 2013. Understanding racism and its forms within the classroom setting, and consequently overcoming it through affirmative actions, emerges as an urgent challenge for the school and educators. For this text, bibliographic research and a case study were used to demonstrate the possibilities of implementing Law No. 10,639 of 2003. **KEYWORDS:** Education of Ethnic-Racial Relations, Law No. 10,639, History Teaching, Racism, Affirmative Actions.



**Keywords:** Ethnic-Racial Relations Education. Law No. 10.639. History Teaching. Racism. Affirmative Actions.

## **RESUMEN**

Este artículo presenta las acciones de implementación de las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación en Relaciones Étnico-Raciales y para la Enseñanza de la Historia y la Cultura Afrobrasileñas y Africanas en la Escuela Estatal Rodolfo de Oliveira en 2013. Comprender el racismo y sus manifestaciones en el aula y, en consecuencia, superarlo mediante acciones afirmativas se presenta como un desafío urgente para la escuela y el profesorado. Este texto se basa en una investigación bibliográfica y un estudio de caso que demuestra las posibilidades de implementar la Ley n.º 10.639 de 2003.

**Palabras clave:** Educación en Relaciones Étnico-Raciales. Ley n.º 10.639. Enseñanza de la Historia. Racismo. Acción Afirmativa.



## 1 INTRODUÇÃO

Passados quatorze anos da Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ainda nos perguntamos, enquanto educadores, se compreendemos bem o conteúdo da Lei, sua intencionalidade e se sua aplicação e execução tem atingido o propósito efetivo para que foi criada, a reeducação das relações étnico-raciais e a reparação aos negros através de ações afirmativas enquanto segmento mais desrespeitado de nossa sociedade.

E, infelizmente, a resposta é não, não se tem por parte dos educadores esse conhecimento. Assim sendo, um primeiro passo para a realização desta árdua tarefa é o conhecimento da lei, a compressão conceitual do racismo, da discriminação racial e preconceito; a aceitação de que existe racismo no espaço escolar compreendendo como ele se manifesta e seus possíveis desdobramentos. Para, a partir daí, promover uma adoção de práticas concretas através de projetos pedagógicos que interajam todo o corpo docente e discente da escola para a reeducação das relações étnico-raciais. Este artigo é fruto dessa preocupação e resultado da aplicação de ações afirmativas no Colégio Estadual Rodolfo de Oliveira no ano de 2013.

## 2 A LEI 10.639/03 E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Desde a introdução do elemento negro na sociedade brasileira como trabalhador escravo e mesmo após a abolição em 1888, foram feitas diversas construções representativas deste sujeito nos âmbitos da vida social, cultural, econômica, religiosa, política (espaços institucionalizados: escolas, partidos etc.) onde criou-se um quadro de dominação, exclusão e inferiorização; relevando-lhes um segundo plano no processo civilizatório brasileiro e criando uma aversão a condição de afro-brasileiro na vida social e na identificação do eu em relação ao outro - o que é demonstrável nos últimos censos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Recentemente, no bojo das discussões sobre globalização, de “aldeia global”, de rompimento das fronteiras e da criação de sociedades mais igualitárias vislumbramos um movimento contraditório iniciado com a crise dos paradigmas; o que levou a uma reformule-o tanto na percepção quanto na função da educação no processo de construção da identidade afro-brasileira e de grupos minoritários.

Não sendo possível, ainda mais num contexto de globalização — rompimento de fronteiras e construção de blocos hegemônicos, a existência de preconceitos pessoais, locais, regionais, étnicos ou religiosos; tendo-se, assim, que se repensar as relações interculturais e repensar o aparato sócio-estatal na diluição das diferenças e construção de uma identidade multiétnica e livre de preconceitos. Isto vem



sendo proposto à medida que aumentam os debates em torno do tema e novas leis e implementações são propostas. No âmbito da educação novas propostas pedagógicas — principalmente com a educação dialética, visam essa possibilidade de construção, tendo como reforço as suas pretensões a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e a resolução nº1, de 17 de junho 2004 do Conselho Nacional de Educação.

Segundo Anderson Ribeiro Oliva, Professor Doutor de História da África do Instituto de Ciências, Humanas da Universidade de Brasília, essa legislação é fruto de "uma série de inquietações e ações originadas dos movimentos negros organizados, dos interesses e apontamentos de pesquisadores e intelectuais, da análise de técnicos em educação e do comprometimento de alguns parlamentares" e superam a insuficiência da legislação anterior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 (lei 9394/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da área de História, em 1998, pois limitavam os estudos africanos a componentes curriculares obrigatórios que ocorriam, quando muito, a aspectos secundários da História Africana em um ou outro capítulo de coleções de 6º ao 9º ano do Ensino fundamental. (OLIVA, 2009). Essa superação se evidencia na Lei nº 10.639, já na discussão do papel da educação e da escola, uma vez que se preocupa com a formação do ser humano na sua integralidade e de forma multiétnica:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminho para a ampliação da cidadania de um povo.

Passados quatorze anos de sua publicado ainda há muito a se discutir e implementar para que um ‘reparado’ através de ações afirmativas possa dominar o espaço escolar e traduzir-se em mudanças comportamentais. E, partindo-se do princípio de que o professor é conhecedor da Lei e de sua intencionalidade, deve-se, então, ter uma compreensão conceitual do racismo, da discriminação racial e preconceito.

### **3 CONCEITUANDO RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO**

A obtenção de um quadro teórico para uma maior compreensão dos conceitos de racismo, preconceito e discriminação, se faz necessária à medida que definindo tais conceitos podemos perceber a real situação do professor frente as dimensões da implementação de ações afirmativas em sala de aula com base nas Diretrizes



Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Entretanto, não vamos aqui nos debruçarmos sobre os diversos autores que tratam do tema, mas, de forma sucinta, apresentar uma definição clara e objetiva de cada um destes conceitos e sua relação com a problemática em estudo.

Segundo Eliana Cavalleiro, o racismo é uma prática que reproduz a consciência coletiva, os falsos valores e as falsas verdades, tomando os resultados da própria ação como uma verdade falseada. Entretanto, o racismo permite a criação de uma ideologia que predomina em um certo grupo. Isto pode ser exemplificado pelos pensamentos negativos atrelados aos judeus, negros e mulçumanos. Assim, o racismo atribui inferioridade a uma raça, baseado no poder e cultura dominantes. No Brasil, ele é identificado quando se realiza uma leitura comparativa, qualitativa e quantitativa das desigualdades sociais e suas consequências sobre a vida da população negra e branca. (Cf. Cavalleiro, 2000, p. 22).

Para Leon Crochik, o preconceito é um julgamento negativo prévio em relação as pessoas ocupantes de qualquer papel social. Ele sinaliza a intolerância, o ódio irracional ou aversão a indivíduos que pertencem a uma certa raça, religião etc. Assim, o preconceito envolve aspectos emocionais e cognitivos — é um modo efetivo de pensamento que inclui pré-julgamento rígido e julgamento errado das pessoas. O preconceito no Brasil envolve atitudes e comportamentos negativos, em algumas situações, atitudes contra negros, ideias e opiniões. O que não permite ao indivíduo negro ser reconhecido pelo seu caráter, mas sim pela aparência falsamente reconhecida. (Cf. Crochik, 1995, p. 26).

Assim, a população negra é malvista tanto pelo meio social em que está inserida (família, escola, bairro, trabalho etc.) quanto pelos meios de comunicação. Esta tendência cria e recria estereótipos que, de acordo com Crochik, são características de nossa própria cultura, têm função de reduzir problemas, evitam a necessidade de pensar os efeitos que contribuem para o desajustamento social e excluem alguns, impedindo a reflexão sobre o mundo real. (Cf. Crochik, 1995, p. 24). Seus conteúdos são as mesmices sociais que visam manter o status de um determinado grupo social.

Entretanto, os estereótipos são as imagens impostas aos indivíduos negros e dificultam sua sobrevivência no cotidiano social, colocando-lhes características de descrédito. É uma má relação social que recai sobre o negro como um olhar de estigma impedindo ao observador perceber a totalidade de seus atributos e cria uma ideologia de inferioridade que impede a ascensão social do indivíduo. Assim, o estigmatizado sofre diversas formas discriminatórias que influenciam e reduzem significativamente suas chances na sociedade.

Podemos, assim, entender que a discriminação étnica se evidencia quando, em condições adas de igualdade entre brancos e negros, favorece um determinado grupo no aspecto social, educacional e



profissional. Fato que expressa a exclusão social do grupo, desconsiderando suas habilidades e conhecimentos. E juntos a discriminação e o racismo de um instituído não limitam apenas as oportunidades dos grupos, como ganham suporte e fortalecem o preconceito e a discriminação individuais.

A discriminação racial visa na sociedade um processo que acarreta várias desvantagens para o grupo negro e para toda a sociedade brasileira direta ou indiretamente. O reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser abordado desde os primeiros anos de vida. Segundo o escritor Carlos Hasenbalg, a grande maioria dos negros brasileiros sofre desqualificado peculiar e leva desvantagem em competições divide a sua condigno étnico-racial. (Cf. Hasenbalg, 1979, p. 31). Assim, ele acentua que o racismo e a discriminação, após a abolição, perpetuaram a subordinação social dos negros e sua permanência na classe social dos oprimidos.

Esse retardamento no processo de cidadania do negro aponta uma defasagem grande entre as duas populações, em que o trabalho do negro é menos significativo, mesmo para aqueles com nível de instrução equivalente ao dos brancos, o salário do branco é duas vezes superior ao do negro.

O racismo no Brasil paulatinamente toma proporções tão alarmantes que o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso admitiu publicamente a existência de práticas racistas em nossa sociedade, referindo-se aos prejuízos acarretados à população negra brasileira. Para Abdias do Nascimento, a democracia constitui um instrumento da hegemonia branca brasileira que mascara um processo genocida, constituindo, “(...) uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e destrutivo quanto aqueles dos Estados Unidos ou da África do Sul. Não se resolvem problemas utilizando o método de ignorar a realidade concreta, metendo a cabeça na areia”. (Cf. Nascimento, 1983, p. 28).

Essa ideologia, apropriada pelos cidadãos, produz um certo “alívio” eximindo-os de suas responsabilidades pelos problemas sociais vividos pelos negros. Tragicamente estes, em diversas situações, são culpabilizados por se encontrarem em situações precárias, pois acredita-se que lhes faltam vontade e esforço próprio para melhorar sua condição de vida. Assim, essa forma de pensar sobre os indivíduos negros também é utilizada para justificar a sua exploração econômica, acarretando-lhes grandes perdas no meio social e econômico: condições precárias de moradia, acesso restrito aos serviços de saúde e educação e alto índice de desemprego.

Como professores percebemos a presença de alunos que são extremamente discriminados devido a sua cor. Sendo assim, evidenciamos e questionamos a capacidade de muitos professores em lidar com situações semelhantes a essa, que despertam para a investigação de um assunto tão polêmico como o que está aqui em jogo. Nesse contexto, os professores devem saber como lidar com o aluno discriminado e como levar para a sala de aula a consciência de que todos são iguais a partir de ações afirmativas, tais como a celebração do Dia da Consciência Negra, a Semana Zumbi, Fórum da



multiculturalidade, apresentação e realização do programa de estudos A Cor da Cultura, e muitas outras ações no “chão” da escola, que conduzam a uma real implementação das DCN's (Lei 10639/2003); dificuldade essa observada em 2007 pelo Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, quando afirma que “sua adoção ainda não se universalizou nos sistemas de ensino, há o entendimento de que é necessário fortalecer e institucionalizar essas orientações [...]”

#### **4 COMO ACONTECE O RACISMO, O PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA**

De acordo com diversos estudos nas escolas brasileiras, o racismo aflora de inúmeras formas, ocultas ou não, A partir de dados extraídos das PNAD (Pesquisas Nacionais Por Amostra de Domicílio — 1982 — IBGE), Fulvia Rosenberg, constatou que nas escolas brasileiras o alunado negro, em comparação ao branco, apresenta um índice maior de exclusão e reprovação escolar. O índice de reprovados na primeira série do primeiro grau, por exemplo, é 12% maior entre as crianças negras. A escola publica vem reproduzindo a exclusão e, conseqüentemente, a marginalização escolar de crianças e jovens negros. (ROSENBERG, 1987).

Fica evidente que o preconceito, a discriminação e o estereótipo influenciam o meio em que a criança está inserida, a sua vivência. Ela se sente coagida com olhares de desprezo, porque no foi trabalhado em sala de aula essa diferença e demonstram esse descontentamento. O silêncio dos pais determina que a criança não se defenda. Na própria sala de aula o professor não correlaciona as diferenças de um ser humano para com outro ser, faz sentir que o silêncio é a resposta para todo esse despreparo.

Para Oliveira, as intervenções na educação, realizadas pelo Movimento Negro no Brasil na década de 1980, chamam à atenção para o sofrimento das crianças negras quanto a sua exclusão e, inclusive, cita um depoimento de uma criança: “Sinto-me uma intrusa com certas reações de amigos e amigas”. Observa-se na fala desta criança negra três pontos: a afirmação da existência da discriminação racial, da igualdade humana entre brancos, negros e mestiços e o apelo ao combate à discriminação baseando-se na igualdade universal dos homens.

As práticas de discriminação étnica, tão disseminadas pelos profissionais da educação, não foram detectadas pelas crianças negras. Para a autora essa não-percepção se deve ao fato de ser mais fácil para as crianças negras perceberem a discriminação em situações mais concretas. À discriminação mais sofisticada, dirigida pelos livros didáticos, pelo currículo e pelos meios de comunicação, para a maioria das crianças pesquisadas, passou despercebida. (OLIVEIRA, 1992).





Em livros didáticos, por exemplo, reforçam imagens negativas e estigmatizantes, os itens indicados de uma posição de destaque na ilustração privilegiam os personagens brancos, observa-se que os livros contribuem para reforçar esse conflito entre crianças brancas e negras quando os personagens negros aparecem como escravos, humildes, empregados domésticos e pobres. (SILVA, 1995).

Estudos evidenciam que a educação está desprovida de elementos propícios em relação à identificação positiva do aluno negro com o sistema escolar. Percebe-se que o ensino ou/a (educação) fica a desejar, demonstrando-se a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação étnicos.

Em outra pesquisa realizada com crianças de escola pública de Campinas, Oliveira (1994), investigou como eram estabelecidas as relações entre crianças negras e brancas em uma sala de aula. Foi observado que os dois grupos se relacionavam de modo tenso, segregado, excludente. A criança negra se mantinha em uma postura introvertida, recusando-se em muitos momentos a participar das atividades propostas, com medo de que outros rissem dela, ou seja, para não ser rejeitada ou ridicularizada, ela preferia calar sua voz e sua dor. Isso ilustra o quanto uma situação social pode silenciar as crianças negras reduzindo-as a um estado quase de mutismo e insensibilidade em sala de aula, levando-as a profundo desconforto, intensificado pelo sentido de não pertencimento. (Oliveira, 1994, p. 202).

Em atividade proposta em sala de aula, foi solicitado as crianças que falassem sobre si em uma redação. A criança negra se avaliou de modo depreciativo, descrevendo-se a partir do discurso dos seus colegas: “Feia, preta, fedorenta, cabelo duro”. Não se sentia desejada, portanto, pelos meninos como suas outras colegas que tinham um cabelo grande e liso.

A criança negra poderá incorporar esse discurso e se sentir marginalizada, desvalorizada e excluída, sendo levada ao falso entendimento de que não é merecedora de respeito ou dignidade, julgando-se sem direitos e possibilidades. Esse sentimento está pautado na mensagem transmitida às crianças de que para ser humanizado é preciso corresponder às expectativas do padrão dominante, ou seja, ser branco.

## **5 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AÇÕES AFIRMATIVAS NO COLÉGIO ESTADUAL RODOLFO DE OLIVEIRA**

De forma irrefutável, a aceitação da existência do racismo no espaço escolar é o ponto de partida para os educadores promoverem ações pedagógicas eficazes no propósito de uma Educação das Relações Étnico-Raciais. De acordo com Nilma Lino Gomes, In.: Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação,





Não basta lermos o documento de 'Pluralidade Cultural, ou analisarmos o material didático, ou discutimos sobre as questões curriculares presentes na escola se não tocarmos de maneira séria no campo dos valores, das representações sobre o negro, que professores(as) e alunos(as) negros, mestiços e brancos possuem” (Cf. GOMES, 2005, p. 150)

Para evitar que o quadro venha se repetindo, a equipe pedagógica se prepara, refletindo sobre uma nova maneira de planejar as aulas, criando dinâmicas e atividades de grupo para discutir temas relacionados ao respeito pelos outros. Com isso, a escola está proporcionando um ambiente saudável e ensinando como é importante aceitar as diferenças. Para haver mudanças é preciso que essas situações sejam encaradas sem medo; observa-se a intolerância de diferentes formas: na linguagem usada em sala de aula, nas piadas e no deboche. O silêncio e a não-interferência, porém, podem ser ainda piores. Perceber que essa diferenciação existe nem sempre é fácil, vivemos num tempo de grandes mudanças comportamentais e muitos avanços nas relações sociais.

Há turmas separadas por sexo, mas o que fazer quando os próprios alunos promovem uma separação por sexo? Entretanto, descobre-se que a saída é mostrar o que eles estão perdendo, aos poucos quebrando o gelo e incentivando a interação. As aulas se tornam mais ricas e os jovens fazem novas amizades. Portanto, mudar de comportamento é adotar uma postura comprometida com a difusão da igualdade e do respeito à diferença. E como resultado teremos um mundo mais rico, com jovens mais abertos e solidários.

Para Zaire Kabengele, a desigualdade racial entre brancos e negros tem permanecido por causa da nossa consciência social, incluindo os vários tipos de exclusões, uma delas a racial. Além de uma herança da escravidão, tivemos um racismo “à moda brasileira”. Há mais de 400 anos que o desenvolvimento do negro se atrasou em relação aos demais brasileiros. Como vivemos em um país racista algumas barreiras impedem o negro de ter acesso a uma boa educação, a uma boa Universidade, um bom emprego, ganhar bem para poder colocar o filho em uma escola particular; essa diferença poderia diminuir se a situação racial fosse diferente. Mas como ela persiste, só tende a aumentar. (Cf. KABENGELE, 1999, p. 48).

Conscientes desta realidade, a de que a luta pela superação do racismo e da discriminação racial é tarefa de todo e qualquer educador, independentemente de seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política, de posse dos conhecimentos conceituais necessários e compreendendo o fenômeno e seus desdobramentos no espaço escolar resta-nos a implementação de ações.

Foi o que ocorreu no ano letivo de 2013 no Colégio Estadual Rodolfo de Oliveira. Em parceria com professores e direção, promovemos um ciclo de debate e análise da Lei nº 10.639, de 2003, sobre o conceito do racismo, da discriminação racial e preconceito e realizamos uma agenda conjunta com



culminância do dia 19 de novembro de 2013, um dia antes do Dia Nacional da Consciência Negra, uma vez que no Estado de Goiás decretou-se feriado escolar.

A temática proposta para o projeto foi “O negro na sociedade brasileira”. Cada professor deveria levantar contribuições da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural do país, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de lutas sociais. Além deste levantamento, orientar os alunos na produção de um artigo de opinião que se evidencie essa contribuição.

Após debates, orientações, discussões e reescritas a maioria do alunado se engajaram na proposta do projeto. Além do engajamento dos alunos, os professores passaram a, literalmente, vestir a camisa com o logo do projeto, o que estimulava e provocava ainda mais ao debate e a reflexão.

No dia da culminância do projeto ocorreu uma plenária geral onde alguns alunos manifestaram suas posições e leram seus artigos de opinião. Foi uma experiência que teve dificuldades, entraves e revezes, mas que no final proporcionou um vislumbre de como age como esta podem e devem ocorrer no espaço escolar.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Até chegarmos ao momento da realização, na prática, de ações que promovessem uma pedagogia para Educação das relações Étnico-raciais na escola tivemos que percorrer um longo processo. Caminho este trilhado primeiramente pela busca de conhecimento e de reprodução deste a outros educadores. Promover rodas de conversas em horários diferenciados e chamar à participação não somente os educadores, como também da direção e dos alunos e da comunidade.

Não foi um trabalho fácil e chegamos ao entendimento que não dá para fazer improvisos, é necessário que esse processo seja contínuo, que haja uma adequação pedagógica, curricular a prática de ações e que existam recursos disponíveis.

Mesmo assim, consideramos que houve uma participação efetiva e que é possível promover a Educação das relações Étnico-raciais no espaço escolar.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos).
- BRASIL. Ministério da Educação. História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção duração para Todos).
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Superando o racismo na escola. Kabengele Munanga (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- CROCHIK, José Leon. Preconceito, indivíduo e cultura. 2. ed. São Paulo: Robe Editorial, 1997. 152 p.
- FISCHIMANN, Roseli. Educação, democracia e a questão dos valores culturais. In: MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo. Atica, 1986.62
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995- 20086). História [online]. 2009, vol.28, n.2, pp. 143-172.
- OLIVEIRA, R. Relações raciais na escola: uma experiência de integração. São Paulo, PUC, 1992. (Dissertação de Mestrado) racial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.
- REVISTA EDUCAÇÃO. Brasil negreiro. Setembro de 2002, ano 06, nº 65.
- ROSEMBERG, F. Educação e desigualdade social. São Paulo, Loyola, 1984.
- CHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, R. S. (org.). Facetas de um racismo silencioso. In: Raça e diversidade. São Paulo, Edusp, 1996.
- SILVA. P. B. G. Formação da identidade e socialização. In: Cadernos de Pesquisa, nº 63. São Paulo. 1987.